

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20250001 – FUNTELC/DITEC

PROCESSO NUP 30012.000228/2025-98

UASG: 943001

NÚMERO COMPRASNET: 91454/2025

A **Fundação de Teleducção do Ceará – FUNTELC**, através de sua Diretoria Técnica, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

1.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2. O modo de disputa será o **ABERTO E FECHADO**.

2. DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. A forma de fornecimento será **INTEGRAL**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008; Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014; Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações; Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023; Decreto Estadual nº 27.624, de 22 de novembro 2004; Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023; Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a aquisição de filmadoras, baterias, carregadores de baterias, microfones para som ambiente, microfones de lapela sem fio e plug-on, microfones de entrevistas, smart TV 55", controlador de vídeo wall, fitas magnéticas, cartões de memória e de monitor de modulação FM, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo **pregoeiro Márcio Albert Gomes Moreira**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/2022, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/2022.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº **(85) 3125.9390** e pelo e-mail: **licitacao@pge.ce.gov.br**.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 05/02/2026

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 20/02/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 20/02/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48 h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811-520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1. Gestão/Unidade: 300101 – FUNTELC;

8.2.2. Fonte de Recursos: 500 (TESOURO); 501 (REC. DIRETAMENTE ARRECADADOS);

8.2.3. Programa de Trabalho: 24.722.134.11553;

8.2.4. Elemento de Despesa: 339030; 449052.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Para os **ITENS 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10 e 11** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, conforme tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

9.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

9.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.6. Não poderão disputar esta licitação:

9.6.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.6.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.6.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.6.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.6.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.6.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.6.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou instrumento equivalente, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.6.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.6.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **licitacao@pge.ce.gov.br**, até as **23h59min**, com a informação do nº do pregão, do órgão ou da entidade promotora da licitação e do pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 613.488,99 (seiscentos e treze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e nove centavos)**, conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Para efeito de julgamento das propostas eletrônicas, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos licitantes situados no Estado do Ceará, será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, nos termos do disposto no Decreto Estadual nº 27.624/2004.

12.3.1. A dedução acima referida não se aplica ao fornecimento de produtos isentos e não tributados, e, na hipótese de a alíquota interna ser inferior ao percentual de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), devendo neste caso, ser aplicado o percentual correspondente à alíquota cobrada.

12.4. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.4.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.4.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.5. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no **subitem 12.4** para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.6.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.6.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.6.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.6.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – Realização de processos seletivos;

II – Divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – Programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – Parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.6.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.6.4.

12.6.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.6.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.6.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. A falsidade das declarações de que tratam os **subitens 12.6.1 ao 12.6.6**, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema, tais como: valor unitário e total; marca/fabricante; modelo/versão; descrição detalhada do objeto, contendo a especificação do Termo de Referência.

13.1.1. O não preenchimento correto dos campos ensejará a desclassificação do licitante.

13.1.2. Os **PREÇOS GLOBAIS** deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução contratual.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (hum centavo)**, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.10 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. Será adotado o modo de disputa “**aberto e fechado**” no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhuma licitante classificada na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a **ORDEM CRESCENTE**.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

14.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.21. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.22. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.22.2. Empresas brasileiras;

14.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.23. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.23.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.24.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.26. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, prorrogável por igual período na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.27. Nos termos do Decreto Estadual nº 27.624/2004, o licitante melhor classificado situado no Estado do Ceará deverá apresentar a proposta com o valor acrescido do diferencial referido no **subitem 12.3**, mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento);

VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;

0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), que foram deduzidos antes da disputa.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **subitem 9.6**, deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE.

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 14.26** deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. A inexequibilidade da proposta, conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, somente será reconhecida após a realização de diligência pela(s) área(s) técnica e/ou jurídica, conforme o caso, do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no **subitem 13 do Anexo I – Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.8.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no **subitem 7.1** deste edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

18.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.

18.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

18.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 18.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

18.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O instrumento equivalente de contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura, no aceite ou na retirada do instrumento equivalente de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.2.1. **Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.**

20.3. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou se recusar a assinar, aceitar ou retirar o instrumento de contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar, aceitar ou retirar o instrumento equivalente de contrato.

20.4. A forma de pagamento, as obrigações, o recebimento e as demais condições aplicáveis à contratação estão definidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste edital.

20.5. Da Subcontratação

20.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

20.6. Da Garantia contratual

20.6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

Fortaleza/CE, 05 de janeiro de 2026.

AURILENE GOMES XIMENES TAVARES
ORDENADORA DE DESPESAS

**ANALISADO E APROVADO O PROCESSO DA
CONTRATAÇÃO PELA PROCURADORIA JURÍDICA:**

ALCION LEMOS JÚNIOR
PROCURADOR JURÍDICO DA FUNTELC

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**PROCESSO NUP: 30012.000228/2025-98****UNIDADE REQUISITANTE: DIRETORIA TÉCNICA – DITEC****1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de filmadoras, baterias, carregadores de baterias, microfones para som ambiente, microfones de lapela sem fio e plug-on, microfones de entrevistas, smart TV 55", controlador de vídeo wall, fitas magnéticas, cartões de memória e monitor de modulação FM, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, com a forma de fornecimento **INTEGRAL**.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1.	AQUISIÇÃO DE FILMADORAS 4K, HD OU SD (AMPLA DISPUTA)	UNIDADE	03	89.214,2700	267.642,81
2.	AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA FILMADORA, TIPO BP-U30 (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	06	3.093,5633	18.561,38
3.	AQUISIÇÃO DE CARREGADORES DE BATERIAS BP-U, SIMILAR AO BC-U2A (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	02	5.039,2900	10.078,58
4.	AQUISIÇÃO DE MICROFONES PARA SOM AMBIENTE (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	03	4.977,8667	14.933,60
5.	AQUISIÇÃO DE MICROFONES DE LAPELA SEM FIO E PLUG-ON, COM CONDENSADOR OMNIDIRECIONAL, SIMILAR AO UWP-D26 (AMPLA DISPUTA)	UNIDADE	15	7.826,4267	117.396,40
6.	AQUISIÇÃO DE MICROFONES DE ENTREVISTA, DE MÃO, COM CABO, SIMILAR AO MODELO F-112, ONIDIRECIONAL PROFISSIONAL (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	10	3.418,2200	34.182,20
7.	AQUISIÇÃO DE SMART TV DE 55", 4K, DE LED (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	15	2.978,0000	44.670,00
8.	AQUISIÇÃO DE CONTROLADOR DE VÍDEO WALL, SISTEMA SEGURANÇA 16 TELAS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	01	7.730,7533	7.730,75
9.	AQUISIÇÃO DE FITAS MAGNÉTICAS (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	40	356,6667	14.266,67
10.	AQUISIÇÃO DE CARTÕES DE MEMÓRIA SXS-1, 64GB, MODELO SBS-64G1C (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	04	4.360,7333	17.442,93
11.	AQUISIÇÃO DE MONITOR DE MODULAÇÃO FM PARA FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O SINAL TRANSMITIDO EM TERMOS DA PORTADORA DE RF E TODAS AS SUBPORTADORAS TOTALMENTE DIGITAL. (PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA)	UNIDADE	01	66.583,6667	66.583,67

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Da especificação detalhada

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1.	<p>Aquisição de filmadoras 4K, HD ou SD, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> – HLG (Hybrid Log Gamma), que permite gravar e entregar imagens compatíveis tanto com HDR (alto alcance dinâmico) quanto com SDR (alcance dinâmico padrão) sem a necessidade de trabalhos pós-produção demorados. – Codecs XAVC, MPEG HD e DVCAM, permitindo filmar vídeo em 4K, HD ou SD. – Gravar em 4K e HD simultaneamente ou enviar uma saída de 4K 60p através da saída embutida 12G-SDI. – Possui Wi-Fi integrado de 2,4 e 5 GHz. <p>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>SEÇÃO DA CÂMERA</p> <p>Dispositivo de imagem (Tipo)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sensor Exmor R 3CMOS tipo 1/2 com retroiluminação <p>Elementos efetivos da imagem</p> <ul style="list-style-type: none"> – 3840 (H) x 2160 (V) <p>Sistema óptico</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sistema de prisma F1.6 <p>Filtros ópticos integrados</p> <p>Filtros ND</p> <ul style="list-style-type: none"> – DESLIGADO: CLARO – 1: 1/4ND – 2: 1/16ND – 3: 1/64ND – Variável ND linear (aprox. 1/4ND a 1/128ND) <p>Sensibilidade (2000 lx, 89,9% de refletância)</p> <ul style="list-style-type: none"> – F12 (típico, modo 1920 x 1080/59,94p) – F13 (típico, modo 1920 x 1080/50p) – F12 (típico, 3840 x 2160/59,94p, modo de alta sensibilidade) – F13 (típico, 3840 x 2160/50p, modo de alta sensibilidade) <p>Iluminação mínima</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0,0013lx (típico) – (modo 1920 x 1080/59,94i, F1.9, ganho de +42 dB, modo de alta sensibilidade, com acumulação de 64 quadros) <p>Relação S/N</p> <ul style="list-style-type: none"> – 63 dB (Y) (típico) <p>Resolução horizontal</p> <ul style="list-style-type: none"> – 2.000 linhas de TV ou mais (modo 3840 x 2160p) – 1.000 linhas de TV ou mais (modo 1920 x 1080p) <p>Velocidade do obturador</p> <ul style="list-style-type: none"> – 1/24 seg a 1/8.000 seg <p>Obturador lento (SLS)</p> <ul style="list-style-type: none"> – Acumulação de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 16, 32 e 64 quadros <p>Função de movimento lento e rápido</p> <p>XAVC Longo</p> <ul style="list-style-type: none"> – 2160P: 1-60 fps – 1080P: 1-60 fps – 720P: 1-60 fps <p>MPEG HD422</p> <ul style="list-style-type: none"> – 1080P: 1-30 fps – 720P: 1-60 fps <p>MPEG HD420 HQ</p> <ul style="list-style-type: none"> – 1080P: 1-30 fps – 720P: 1-60 fps <p>Equilíbrio do branco</p> <ul style="list-style-type: none"> – Predefinição (3200K), memória A – Memória B/ATW <p>Ganho</p> <ul style="list-style-type: none"> – -3, 0, 3, 6, 9, 12, 15, 18 dB, 42dB (Ganho turbo LIGADO), AGC <p>Curva de gamma</p> <ul style="list-style-type: none"> – Seleccionável <p>LENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> – Montagem da lente: – Fixas

- Taxa de zoom:
- 17x (óptico), servo/manual
- Distância focal:
- $f = 5,6 - 95,2$ mm (Equivalente a 35mm: 30,3 - 515 mm)
- Íris
- F1,9 - F16 e fechamento
- seleção automática/manual

Foco

- 800 mm a ∞ (Macro Desligado)
- 50 mm a ∞ (Macro Ligado, grande angular)
- 800 mm a ∞ (Macro Ligado, teleobjetiva)
- AF/MF/Full MF selecionável

Estabilizador de imagem

- Lig/Deslig selecionável, troca de lentes

Diâmetro do filtro

- $\phi 77$ mm, distância de 0,75 mm

ENTRADA/SAÍDA

Entrada de áudio

- 3 pinos tipo XLR (fêmea) (x2), linha/mic/mic +48 V selecionável
- LINHA: +4, 0, -3dBu/10k Ω
- MICROFONE: -80dBu a -30dBu/3k Ω (0 dBu=0,775 Vrms)

Saída de vídeo

- BNC (x1), HD-Y/ HD-SYNC/composto
- 1,0Vp-p, 75 Ω
- (alternável com entrada Genlock)

Saída de áudio

- Integrado na entrada Multi/Micro USB(x1)

Saída SDI

- BNC (x1), 12G/3G/HD/SD selecionável

Entrada de código de tempo

- BNC (x1) (alternável com saída TC)
- 0,5V-1,8Vp-p, 3,3k Ω

Saída de código de tempo

- BNC (x1) (alternável com entrada TC)
- 1,0Vp-p, 75 Ω

Entrada Genlock

- BNC (x1) (alternável para saída Vídeo) 1,0 Vp-p, 75 Ω

USB

- Dispositivo USB, entrada Multi/Micro USB (x1)
- Host: USB 3.0/2.0 type A(x1)
- USB 2.0 type A(x1)

Saída de fone de ouvido

- Miniconector estéreo (x1)
- -16dBu 16 Ω

Saída do alto-falante

- Monoauricular
- Saída: 500 Mw

Entrada CC

- Conector DC (x1)

Remoto

- Miniconector estéreo ($\Phi 2,5$ mm)

Saída HDMI

- Tipo A (x1)

LAN com fio

- RJ-45 (x1), 1000BASE-T, 100BASE-T, 10BASE-T

MONITORAMENTO

Visor

- 1,3 cm (tipo 0,5) Aprox. 2,36 M de pontos

LCD

- 8,8 cm (tipo 3.5) Aprox. 1,56 M de pontos

MICROFONE INTEGRADO

- Microfone de condensador de eletreto estéreo omnidirecional

MÍDIA

Tipo

- Slot ExpressCard/34 (x2)

WI-FI/NFC

Formato suportado

- IEEE 802.11 a/b/g/n/ac

Banda de frequência

- Largura de banda de 2,4 GHz
- Largura de banda de 5,2/5,3/5,6 GHz*1

Segurança

- WEP/WPA-PSK/WPA2-PSK

NFC

- Fórum NFC tipo 3, compatível com etiqueta

FORMATO DE GRAVAÇÃO – VÍDEO

- Proxy XAVC: AVC/H.264 Main Profile 4:2:0 GOP longo, VBR
- 1920 x 1080, 9 Mbps
- 1280 x 720, 9 Mbps
- 1280 x 720, 6 Mbps
- 640 x 360, 3 Mbps
- 480 x 270, 1 Mbps
- 480 x 270, 0,5 Mbps

XAVC Intra

- modo XAVC-I QFHD: MPEG-4 AVC/H.264, VBR, Máx.600 Mbps
- modo XAVC-I HD: MPEG-4 AVC/H.264, CBG, Máx.222 Mbps

XAVC Long

- modo XAVC-L QFHD: VBR, taxa de bits máxima 150 Mbps, MPEG-4 H.264/AVC
- modo XAVC-L HD 50: VBR, taxa de bits máxima 50 Mbps, MPEG-4 H.264/AVC
- modo AVC-L HD 35: VBR, taxa de bits máxima 35 Mbps, MPEG-4 H.264/AVC
- modo XAVC-L HD 25: VBR, taxa de bits máxima 25 Mbps, MPEG-4 H.264/AVC

MPEG-2 Long GOP

- modo MPEG HD422: CBR, taxa de bits máxima 50 Mbps, MPEG-2 422P@HL
- modo MPEG HD420 HQ: VBR, taxa de bits máxima 35 Mbps, MPEG-2 MP@HL

DVCAM

- modo DVCAM: CBR, 25 Mbps, DVCAM

FORMATO DE GRAVAÇÃO – ÁUDIO

- Proxy XAVC: AAC-LC, 128 kbps, 2 canais

XAVC Intra

- Modo XAVC-I: LPCM de 24 bits, 48 kHz, 4 canais:

XAVC Longo

- Modo XAVC-L: LPCM de 24 bits, 48 kHz, 4 canais:

MPEG-2 Long GOP

- Modo MPEG HD422: LPCM de 24 bits, 48 kHz, 4 canais:
- Modo MPEG HD420 HQ: LPCM de 16 bits, 48 kHz, 4 canais

DVCAM

- Modo DVCAM: LPCM de 16 bits, 48 kHz, 4 canais

TAXA DE QUADRO DE GRAVAÇÃO

XAVC Intra

- Modo XAVC-I QFHD: 3840 x 2160/59,94p, 50p, 29,97p, 23,98p, 25p
- Modo XAVC-I HD: 1920 x 1080/59,94p, 59.94i, 50p, 50i, 29.97P, 23.98P, 25P 1280 x 720/59,94P, 50P

XAVC Longo

- Modo XAVC-L QFHD 150: 3840 x 2160/59.94P, 50P, 29.97P, 23.98P, 25P
- Modo XAVC-L HD 50: 1920 x 1080/59.94P, 50P, 59.94i, 50i, 29.97P, 23.98P, 25P 1280 x 720/59,94P, 50P
- Modo XAVC-L HD 35: 1920 x 1080/59.94P, 50P, 59.94i, 50i, 29.97P, 23.98P, 25P
- Modo XAVC-L HD 25: 1920 x 1080/59.94i, 50i

MPEG-2 Long GOP

- Modo MPEG HD422:
- 1920 x 1080/59.94i, 50i, 29.97P, 23.98P, 25P
- 1280 x 720/59.94P, 50P, 29.97P, 23.98P, 25P
- Modo MPEG HD420 HQ:
- 1920 x 1080/59.94i, 50i, 29.97P, 23.98P, 25P
- 1440x1080/59.94i, 50i
- 1280 x 720/59,94P,50P

DVCAM

- Modo DVCAM:
- 720 x 480/59,94i, 29,97PsF
- 720 x 576/50i, 25PsF

TEMPO DE GRAVAÇÃO/REPRODUÇÃO

XAVC Intra

- Modo XAVC-I QFHD Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 22 minutos
- Modo XAVC-I HD Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 57 minutos

XAVC Longo

- Modo XAVC-L QFHD 150 Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 86 minutos
- Modo XAVC-L HD 50 Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 230 minutos
- Modo XAVC-L HD 35 Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 310 minutos
- Modo XAVC-L 25 Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 420 minutos

MPEG-2 Long GOP

	<ul style="list-style-type: none"> – Modo MPEG HD422 Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 215 minutos – Modo MPEG HD420 HQ Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 330 minutos <p>DVCAM</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ao usar SBP-128B (128 GB): Aprox. 405 minutos <p>MASSA</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aproximadamente 2,6 kg (corpo) – Aproximadamente 3,0 kg (com tampa da lente, porta-ocular, bateria BP-U35, um cartão de memória SxS) <p>DIMENSÕES (L X A X P)</p> <ul style="list-style-type: none"> – 178,4 x 202,0 x 426,3 mm (com os acessórios (tampa da lente, porta-ocular), excluindo o cinto de segurança e incluindo as peças de projeção) <p>REQUISITOS DE ENERGIA</p> <ul style="list-style-type: none"> – Entrada CC: 12 V – Bateria: 14,4 V <p>TEMPERATURA OPERACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0° C a 40° C – 32° F a 104° F <p>TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> – -20°C a +60°C – -4 °F a +140 °F <p>ACESSÓRIOS FORNECIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 Tampa da lente, previamente instalada na filmadora – 01 Porta-ocular para EVF – 01 Pacote de baterias BP-U30 ou U35 – 01 Adaptador CA/carregador BC-U1A – 01 Cabo de alimentação – 01 Cabo USB – 01 Alça para ombro – 01 Manual de garantia – 01 “Antes de usar esta unidade” – 01 CD-ROM “Instruções de operação” <p>GARANTIA</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mínima de 12 meses
2.	<p>Aquisição de baterias para filmadora, tipo BP-U30, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Visão geral</p> <ul style="list-style-type: none"> – O status da bateria é enviado continuamente para a câmera. – A capacidade restante é exibida no monitor LCD da câmera e no visor <p>Especificações Gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> – Bateria: íon de lítio – Dimensões (L x A x P): 41,5 x 46,1 x 69,7 mm (1 11/16 x 1 7/8 x 2 3/4 pol.) – Massa: Aproximadamente 235 g (8.3 oz) – Tensão máxima/nominal: 16,4 V CC/14,4 V CC – Capacidade: 30 Wh – Tempo de carregamento (usando o BC-U1A/U2A): Aprox. 90 minutos – Temperatura de operação (quando descarregando/carregando): -20°C a + 45°C (-4°F a + 113°F)/0°C a 40°C (32°F a 104°F) – Visualização da capacidade restante: Quatro LEDs (20, 40, 60 e 80%)
3.	<p>Aquisição de carregadores de baterias BP-U, similar ao BC-U2A, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>CARACTERÍSTICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> – Carregador duplo para baterias BP-U de compartimento duas baias que suporta o carregamento simultâneo de duas baterias – Carrega simultaneamente duas baterias de Li-Ion compactas BP-U90, BP-U60 / 60T ou BP-U30 em alta velocidade. – Funciona também como um adaptador AC que pode ser usado para alimentar uma câmera diretamente enquanto também carrega uma bateria simultaneamente. – Funciona como adaptador CA fornecendo uma saída de energia de 12 VDC, que pode ser usado para alimentar uma câmera de vídeo por meio de um cabo integrado, podendo ser conectado a qualquer câmera que aceite baterias da série BP-U, enquanto também carrega uma bateria simultaneamente. – Seletor na parte frontal do dispositivo que permite alternar entre o modo carregador e o modo do adaptador de CA. <p>ESPECIFICAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> – Requisitos de energia: AC 100 V ~ 240 V 50/60 Hz – Consumo de energia: 89 W – Fonte de alimentação: DC 12 VDC, 3 A (36 W) – Tensão de carregamento: 16,4 V – Dimensões (L x A x P): 177 x 53,2 x 137 (mm) – Massa: 620 (g) + cabo de saída CC

	<ul style="list-style-type: none"> – Temperatura operacional com fonte de alimentação CC: -5 °C ~ +45 °C – Temperatura operacional com carregamento: 0 °C ~ +45 °C – Conformidade de segurança: em conformidade com a norma de segurança IEC62368-1 <p>ITENS INCLUSOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 carregador duplo BC-U2A – 01 cabo adaptador CA – 01 cabo de energia para baterias BP-U – Manual de instruções – Documento da garantia <p>GARANTIA</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mínima de 12 meses
4.	<p>Aquisição de microfones para som ambiente, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Características</p> <ul style="list-style-type: none"> – Microfone do tipo condensador de eletreto, de captura curta, que fornece um excelente desempenho de som em aplicações de produções em campo e em estúdio. – Corpo de comprimento, suficiente para ser colocado no topo de uma câmera, mantendo um comportamento direcional focado e permanecendo fora da visão da câmera. – Peso de apenas 135g, para garantir um bom equilíbrio, mesmo quando montado em câmeras compactas. – Padrão polar supercardioide para excelente direcionalidade e ruído mínimo nas seções fora do eixo da cápsula, resultando em uma captação de voz compreensível mesmo em ambientes ruidosos. – Pode ser alimentado por phantom power de 40 a 52 VDC para operação consistente e sem bateria, compatível com uma variedade de câmeras de vídeo profissionais. – Inclui espaçadores de microfone e um suporte de microfone para acomodar configurações de montagem em câmera e montagem em suporte. – Resposta de frequência plana e ampla de 40 Hz a 20 kHz. – Sensibilidade de - 36 dB (0 dB=1 V/Pa) e baixo nível de ruído inerente de menos de 17 dB SPL, permitindo que o microfone seja usado para captura de voz clara mesmo em ambientes barulhentos. – Interruptor de graves de duas posições (M, V) integrado a bordo, fornece um método simples de reduzir os efeitos de ruídos indesejados de ambiente, como o ruído de fundo. – Design projetado como um microfone shotgun altamente direcional, compacto e leve <p>ESPECIFICAÇÕES</p> <p>Seção de áudio</p> <ul style="list-style-type: none"> – Tipo cápsula: Condensador de eletreto mono – Resposta de frequência: 40 Hz a 20 kHz – Diretividade: Unidirecional (super-cardióide) – Sensibilidade: -36 dB ±3 dB – Impedância de saída: 220Ω±20%, Balanceado – Faixa dinâmica: 107 dB ou mais – Relação sinal/ruído: 77 dB ou mais – Ruído inerente: 17 dB SPL ou menos – Ruído de indução do campo magnético externo: 0 dB SPL ou menos <p>Ruído de vento:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 50 dB SPL (sem widescreen) – 45 dB SPL ou menos (com para-brisas) – Nível máximo de pressão de som de entrada: 124 dB SPL <p>Seção geral</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conector: XLR-3-12C (macho) – Cabo de microfone: XLR com 3 pinos a XLR com 3 pinos 500 mm 19,6 inches – Requisitos de energia: Externo, DC 40 V a 52 V – Dimensões: φ20 x 200 mm - φ13/16 x 7 7/8 polegadas – Massa: Aprox. 4,8 oz – Aprox. 135g <p>Acessórios incluídos</p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 tela antivento (para-brisas) – 02 Adaptadores de tripé – 01 Cabo curto com conector XLR (para filmadora) – 01 Manual de instruções – 02 Espaçadores para microfone – 01 Suporte para microfone <p>GARANTIA</p> <ul style="list-style-type: none"> – Mínima de 12 meses
5.	<p>Aquisição de microfones de lapela sem fio e plug on, com condensador omnidirecional, similar ao UWP-D26, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Características</p> <ul style="list-style-type: none"> – Filtros para evitar as baixas frequências causadas por esfregar o dispositivo com a roupa. – Design com padrão polar omnidirecional, que oferece resposta de sensibilidade constante, pelo seu ângulo de cobertura de 360°. – Sistema incluindo funções NFC Sync e Auto Gain, para configuração de frequência demorada e ajustes de

nível de microfone para gravar em segundos.

- Transmissor bodypack com um microfone omnidirecional de lapela.
- Transmissor plug-on, que pode ser conectado a um microfone de mão ou a um microfone shotgun para amplificação sem fio. O plug-on fornece phantom power de 48 V, oferecendo a opção de usar um microfone condensador.
- Processamento de sinal digital para áudio puro e transmissão UHF analógica com recepção de diversidade real para confiabilidade.
- SMAD-P5, para que os sinais de áudio sejam transmitidos do receptor para a câmera sem a necessidade de uma conexão por cabo.
- Receptor sem fio também pode receber alimentação da câmera, com alimentação liga/desliga sincronizada entre a câmera e o receptor para um gerenciamento de energia mais eficiente.
- Frequência do transmissor enviada ao receptor para combinar vários receptores a um transmissor
- Fonte de alimentação de +48V (transmissor de tomada)
- Controle de volume no modo de aproveitamento automático
- Modo de aumento de ganho de volume de +15 dB para áudio off-mic
- Entrada de linha
- Memória de canal para chaveamento rápido entre frequências do receptor para operação com dois transmissores
- Saída de fone de ouvido para monitoramento
- Modo monitor para utilização de um receptor como um monitor de ouvido
- Função variável de mudo
- Controle de nível de saída do receptor
- Cor: preta

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

RECEPTOR PORTÁTIL URX-P40

Tipo de oscilador

- Sintetizador PLL controlado por cristal

Tipo de recepção

- Método de diversidade real

Tipo de antena

- Antena com fio de comprimento de onda de $1/4 \lambda$ (ângulo ajustável)

Frequências portadoras

- 14UC: 470,125 MHz a 541,875 MHz (canais TV UHF 14 a 25)
- 25UC: 536,125 MHz a 607,875 MHz (canais de TV UHF 25 a 36)
- 42LA: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais de TV UHF 42 a 51)
- 90UC: 941,625 MHz a 951,875 MHz, 953,000 MHz a 956,125 MHz e 956,625 MHz a 959,625 MHz
- 21CE: 470,025 MHz a 542,000 MHz (canais de TV UHF 21 a 29)
- 33CE: 566,025 MHz a 630,000 MHz (canais de TV UHF 33 a 40)
- 42CE: 638,025 MHz a 694,000 MHz (canais de TV UHF 42 a 48)
- 38CN: 710,025 MHz a 782,000 MHz (canais de TV UHF 38 a 46)
- E: 794,125 MHz a 805,875 MHz
- BJ: 806,125 MHz a 809,750 MHz
- KR: 925,125 MHz a 937,500 MHz

Resposta de frequência

- 23 Hz a 18 kHz (típico) (modelos UC, U, CE, LA, CN, E, KR)
- 40 Hz a 15 kHz (típico) (modelo J)

Relação sinal/ruído

- 60 dB (onda senoidal de 1 kHz, modulação de 5 kHz)

Distorção (T.H.D)

- 0,9% ou menos (onda senoidal de 1 kHz, modulação de 5 kHz)

Atraso de áudio

- Até 0,50 ms (saída analógica)
- Até 0,30 ms (saída digital)

Conector de saída de áudio

- Miniconector de 3 polos de 3,5 mm de diâmetro, conexão externa

Nível de saída de áudio

- 60 dBV (miniplugue de bloqueio de 3 polos de 3,5 mm de diâmetro, saída analógica, nível de saída de áudio de 0 dB)
- 20 dBFS (conexão externa, saída digital, nível de saída de áudio de 0 dB)
- 50 dBFS (conexão externa, saída analógica, nível de saída de áudio de 0 dB)

Intervalo de ajuste de saída de áudio analógica

- -12dB - +12dB (etapa de 3dB)

Conector de saída de headphone

- Miniplugue de 3,5 mm de diâmetro

Nível de saída dos fones de ouvido

- Max. 10 mW (a 16 ohm)

Frequência de sinal de tom

- Em modo de unidade externa UWP-D: 32,382 kHz
- Em modo de unidade externa UWP: 32 kHz

– Em modo de unidade externa WL800: 32,768 kHz

Visualização

– OLED

Requisitos de energia

- CC de 3,0 V (duas pilhas alcalinas LR6/AA)
- CC de 5,0 V (fornecidos pelo conector USB Tipo C)

Vida útil da bateria

– Aprox. 6 horas

Temperatura operacional

– 0 °C a 50 °C

Temperatura de armazenamento/transporte

– -20 °C a +55 °C (-4 °F a +131 °F)

Dimensões

– 63x70x31 mm (2 1/2x2 7/8x1 1/4 pol.) (L/A/P) (excluindo antena)

Massa

– Aprox. 131 g (4,6 oz) (excluindo baterias)

TRANSMISSOR DE CINTO UTX-B40

Tipo de oscilador

– Sintetizador PLL controlado por cristal

Tipo de antena

– Antena com fio de comprimento de onda de 1/4 λ

Frequências portadoras

- 14UC: 470,125 MHz a 541,875 MHz (canais TV UHF 14 a 25)
- 25UC: 536,125 MHz a 607,875 MHz (canais de TV UHF 25 a 36)
- 42LA: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais de TV UHF 42 a 51)
- 90UC: 941,625 MHz a 951,875 MHz, 953,000 MHz a 956,125 MHz e 956,625 MHz a 959,625 MHz
- 21CE: 470,025 MHz a 542,000 MHz (canais de TV UHF 21 a 29)
- 33CE: 566,025 MHz a 630,000 MHz (canais de TV UHF 33 a 40)
- 42CE: 638,025 MHz a 694,000 MHz (canais de TV UHF 42 a 48)
- 38CN: 710,025 MHz a 782,000 MHz (canais de TV UHF 38 a 46)
- E: 794,125 MHz a 805,875 MHz
- BJ: 806,125 MHz a 809,750 MHz
- KR: 925,125 MHz a 937,500 MHz

Potência de saída de energia de RF

- 30 mW/5 mW selecionável (modelos UC, U, CE, LA, CN)
- 10 mW/2 mW selecionável (modelos J, E, KR)

Tipo cápsula

– Condensador ret de eletreto

Diretividade

– Omnidirecional

Conector de entrada

– Miniplugue de bloqueio de 3 polos de 3,5 mm de diâmetro

Nível de entrada de áudio de referência

– 60 dBV (entrada de microfone, modo de ganho definido como normal, atenuação de 0 dB) +4 dBu (entrada de linha)

Faixa de ajuste do atenuador de áudio

– 0 dB a 27 dB (etapas de 3 dB)

Resposta de frequência

- 23 Hz a 18 kHz (típico) (modelos UC, U, CE, LA, CN, E, KR)
- 40 Hz a 15 kHz (típico) (modelo J)

Relação sinal/ruído

- 60 dB (-60 dBV, entrada de 1 kHz)
- 102 dB (modo de ganho definido como ganho automático, máximo)
- 96 dB (modo de ganho definido como normal, máximo)

Distorção

– 0,9% ou menos (-60 dBV, entrada de 1 kHz)

Atraso de áudio

– Aprox. 0,35 ms

Frequência de sinal de tom

- No modo compander do UWP-D: 32,382 kHz
- No modo compander do UWP: 32 kHz
- No modo compander do WL800: 32,768 kHz

Visualização

– OLED

Requisitos de energia

- CC de 3,0 V (duas pilhas AA alcalinas LR6)
- CC de 5,0 V (fornecido pelo conector USB-C)

Vida útil da bateria

– 8 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 30 mW (modelos UC, U, CE, LA e

<p>CN)</p> <ul style="list-style-type: none"> – 10 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 10 mW (modelos J, E e KR) <p>Temperatura operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0 °C a 50 °C <p>Temperatura de armazenamento/transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> – -20 °C a +55 °C (-4 °F a +131 °F) <p>Dimensões</p> <ul style="list-style-type: none"> – 63x73x19 mm (2 1/2x2 7/8x3/4 pol.) (L/A/P) (excluindo antena) <p>Massa</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aprox. 83 g (2,9 oz) (excluindo baterias) <p>TRANSMISSOR DE TOMADA UWP-P40 XLR</p> <p>Tipo de oscilador</p> <ul style="list-style-type: none"> – Sintetizador PLL controlado por cristal <p>Frequências portadoras</p> <ul style="list-style-type: none"> – 14UC: 470,125 MHz a 541,875 MHz (canais TV UHF 14 a 25) – 25UC: 536,125 MHz a 607,875 MHz (canais de TV UHF 25 a 36) – 42LA: 638,125 MHz a 697,875 MHz (canais de TV UHF 42 a 51) – 90UC: 941,625 MHz a 951,875 MHz, 953,000 MHz a 956,125 MHz e 956,625 MHz a 959,625 MHz – 21CE: 470,025 MHz a 542,000 MHz (canais de TV UHF 21 a 29) – 33CE: 566,025 MHz a 630,000 MHz (canais de TV UHF 33 a 40) – 42CE: 638,025 MHz a 694,000 MHz (canais de TV UHF 42 a 48) – 38CN: 710,025 MHz a 782,000 MHz (canais de TV UHF 38 a 46) – E: 794,125 MHz a 805,875 MHz – BJ: 806,125 MHz a 809,750 MHz – KR: 925,125 MHz a 937,500 MHz <p>Potência de saída de energia de RF</p> <ul style="list-style-type: none"> – 40 mW/5 mW selecionáveis (modelos UC, U e LA) – 30 mW/5 mW selecionáveis (modelos CE e CN) – 10 mW/2 mW selecionáveis (modelos J, E e KR) <p>Conector de entrada</p> <ul style="list-style-type: none"> – Tipo XLR-3-11C (fêmea) <p>Nível de entrada de áudio de referência</p> <ul style="list-style-type: none"> – 60 dBV (entrada MIC, modo de ganho ajustado para normal, atenuação de 0 dB) <p>Faixa de ajuste do atenuador de áudio</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0 dB a 48 dB (etapas de 3 dB) <p>Resposta de frequência</p> <ul style="list-style-type: none"> – 23 Hz a 18 kHz (típico) (modelos UC, U, CE, LA, CN, E, KR) – 40 Hz a 15 kHz (típico) (modelo J) <p>Relação sinal/ruído</p> <ul style="list-style-type: none"> – 60 dB (-60 dBV, entrada de 1 kHz) – 102 dB (modo de ganho definido como ganho automático, máximo) – 96 dB (modo de ganho definido como normal, máximo) <p>Distorção</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0,9% ou menos (-60 dBV, entrada de 1 kHz) <p>Atraso de áudio</p> <ul style="list-style-type: none"> – Aprox. 0,35 ms <p>Frequência de sinal de tom</p> <ul style="list-style-type: none"> – No modo compander do UWP-D: 32,382 kHz – No modo compander do UWP: 32 kHz – No modo compander do WL800: 32,768 kHz <p>Visualização</p> <ul style="list-style-type: none"> – OLED <p>Requisitos de energia</p> <ul style="list-style-type: none"> – CC de 3,0 V (duas pilhas AA alcalinas LR6) – CC de 5,0 V (fornecido pelo conector USB-C) <p>Vida útil da bateria</p> <p>Com o +48V desligado:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 7 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 40 mW (modelos UC, U e LA) – 8 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 30 mW (modelos CE e CN) – 10 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 10 mW (modelos J, E e KR) <p>Com o +48V ligado e a conexão ECM-673:</p> <ul style="list-style-type: none"> – 6 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 40 mW (modelos UC, U e LA) – 6 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 30 mW (modelos CE e CN) – 7 horas, com variação +/- de 01 (uma) hora, com potência de saída de 10 mW (modelos J, E e KR) <p>Temperatura operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> – 0°C a 50°C (32°F a 122°F) <p>Temperatura de armazenamento/transporte</p> <ul style="list-style-type: none"> – -20 °C a +55 °C (-4 °F a +131 °F) <p>Dimensões</p>
--

	<p>38 x 98 x 38 mm (1 1/2 x 3 7/8 x 1 1/2 pol) (L x A x P) (incluindo o conector de entrada de áudio)</p> <p>Peso Até 150 g (excluindo as pilhas)</p> <p><u>GARANTIA</u> – Mínima de 12 meses</p>
6.	<p>Aquisição de microfones de entrevista, de mão, com cabo, similar ao modelo F-112, onidirecional profissional, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p><u>CARACTERÍSTICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Microfone de entrevista onidirecional profissional – Possuir resposta de frequência e a sensibilidade otimizada para uma reprodução precisa de vocais, acentuando a faixa que aumenta a clareza e reduz o ruído residual. – Possuir corpo feito em metal <p><u>ESPECIFICAÇÕES</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Padrão Polar: Omnidirecional profissional – Resposta de Frequência: 60 Hz a 18 kHz – Tipo cápsula: Dinâmica – Sensibilidade: -54 dB ±3 dB – Impedância de Saída: 400 Ohms ± 20%, equilibrado – Ruído de indução do campo magnético externo: 5 dB SPL ou menos – Ruído de vento: Menos de 50 dB SPL – Requisitos de energia: Não há necessidade de energia – Conectores de Saída: XLR de 3 pinos, macho – Dimensões (Comprimento x Diâmetro): 190,5 x 38,1 mm – Cor: preta <p><u>ACESSÓRIOS FORNECIDOS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 Manual de instruções <p><u>GARANTIA</u> – Mínima de 12 meses</p>
7.	<p>Aquisição de smart TV de 55", 4K, de LED, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p><u>Características</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Sistema operacional TV: sistema operacional para streaming de mídia – Assistente integrado: permite interações por voz em dispositivos eletrônicos – Tecnologia Dolby Atmos: tecnologia de áudio que cria uma experiência de som tridimensional imersiva – Tecnologia Dolby Vision e HDR10+: tecnologia de imagem HDR que melhora o contraste e o brilho. – Wi-Fi integrado, Bluetooth e design sem bordas – Sistema de áudio de 2x10W RMS – Tecnologia da Tela: LED – Timer On e Timer Off – Função SAP – Sistema operacional: Android TV <p><u>Conexões</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Porta LAN – Entrada RF para antena/cabo – 01 saída Áudio digital (óptica) <p><u>Especificações Técnicas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Peso c/ base (kg): 8,8 – Conversor para TV digital: integrado – Tela: 55 polegadas – Formato da Tela: Plana – Resolução: 3840 x 2160 – Tempo de resposta: 6,5 – Potência de áudio total (RMS): 2x10 W – Entrada áudio e vídeo: sim – Entrada USB: 01 entrada – Entrada HDMI: 03 entradas – Conexão p/ fone de ouvido: sim – Controle remoto: sim – Taxa de atualização: 60 (Hz) – Consumo de energia: 135W – Sistema de TV: NTSC - PAL-M - PAL-N - ISDB-TB – Classificação de consumo (Selo ENCE): A – Dimensões s/ base (LxAxP) mm: 1.226 x 711 x 73 – Dimensões c/ base (LxAxP) mm: 1.226 x 768 x 280 – Tensão/Voltagem: bivolt – Tipo de tomada: 10A (4mm) – Cor: Preto <p><u>Dimensões</u></p>

	<ul style="list-style-type: none"> – Altura: 71,10 cm – Largura: 1,20 mm – Profundidade: 7,30 cm – Peso: 10,80 kg <p>Conteúdo da embalagem</p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 Smart TV 55 polegadas – 01 controle remoto (acompanhado com as pilhas, modelo palito AAA) – 01 manual <p><u>GARANTIA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Mínima de 12 meses
8.	<p>Aquisição de controlador de vídeo wall, Sistema Segurança 16 Telas, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p><u>Características</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Controladora 4k 4x4 – Une até 16 TVs, monitores ou projetores, formando um telão tipo “cinema”. – Equipamento simples sem necessidade de programas e instalações de softwares. – Botão que altera o modo de exibição no painel. Mudança também podendo ser feita pelo controle remoto; – Plug and Play, após a conexão dos cabos – Divide um sinal de imagem de alta definição compatível com HDMI completo – Botão no painel para reset rápido e redefinição do controlador de vídeo wall; – Porta RS232, para conexão de porta serial do controlador; – Recepção de sinal infravermelho, para uso do controle remoto (IR). – Entrada vídeo do apoio HDMI / USB3.0 fonte; – Suporte de saída HDMI de 16 vias; – Suporte splicing discricionário; – Resolve eficazmente a deformação splicing; – Perfeitamente mostrar imagens sem alongamento; – Rotação em qualquer ângulo; – Ajuste moldura apoio – Apenas suporte Win10 sistema 64 bit; <p><u>FORMATOS DE EXIBIÇÃO:</u></p> <p>– 1x1, 1x2, 2x1, 1x3, 1x4, 2x1,c2x2, 2x3, 2x4, 2x5, 2x6, 2x7, 3x1, 3x2, 3x3, 3x4, 3x5, 4x1, 4x2, 4x3, 4x4, 5x2, 5x3, 6x2, 7x2</p> <p><u>MATÉRIA:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Suporte hdmi-entrada compatível, suporte HDMI-compatible2.0b, suporte hdcp2.2. – A entrada suporta 16 saídas hdmi-compatíveis. – A entrada suporta 3840x2160p 60hz e abaixo. – A saída suporta 1920x1080p. – Apoie a emenda múltipla, operação fácil, plug and play. <p><u>O PACOTE INCLUI:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – 01 Spliter – 01 Adaptador de alimentação – 01 Controle Remoto – 01 cabo USB 3.0 – 01 Manual <p><u>GARANTIA</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Mínima de 12 meses
9.	<p>Aquisição de fitas magnéticas, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fita magnética AIT5 – SDX5 400C, para armazenamento de dados – Alta capacidade (até 800 GB comprimidos) e confiabilidade no armazenamento de informações além de velocidade de acesso às mesmas. <p><u>CARACTERÍSTICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Tipo: AIT-5 – Taxa de Transferência: 24MB/s <p><u>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade de gravação: 400.0 – Condições de operação: 41~113 °F – Condições de operação: 5~45 °C – Condições de operação, umidade relativa: 20~80 – Capacidade: (400/1040)GB; Nativa/Comprimida – Condições de armazenagem: 41~90 °F – Condições de armazenagem: 5~32 °C – Condições de armazenagem, umidade relativa: 20~60 – Memória IC: 64.0 kbits – Comprimento da fita: 246.0m – Tecnologia: Media: Advanced Metal Evaporated III – Medidas embalagem (L/A/P): 100 / 20 / 65 mm

	<ul style="list-style-type: none"> – Pesos Bruto/Líquido: 0.10 / 0.08 kg – Largura externa: 95.0mm – Altura externa: 62.5mm – Profundidade externa: 15.0mm – Peso com estojo: 79.0g – Espessura da fita: 4.8 µm – Largura da fita: 8.0mm – Material magnético: AME III – Condições de transporte – gravação: 40~113 °F – Condições de transporte – gravação: -40~45 °C – Condições de transporte – gravação, umidade relativa: 5~80 – Garantia: mínima de 12 meses
10.	<p>Aquisição de cartões de memória SxS-1, 64Gb, modelo SBS-64G1C, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Descrição</p> <ul style="list-style-type: none"> – Para leitura e gravação, em equipamentos desenvolvidos e produzidos pela Sony em HD; – Possuir verificações em blocos de gravação, ciclos de temperatura e ambiente operacional; – Possuir nivelamento de desgaste (função de minimização de defeitos de dados); – Permitir comunicação bidirecional (2 vias) constante e garantindo gravação estável, evitando a degradação da velocidade; – Gerenciamento de mídia aprimorado com Memory Media Utility. – Função de minimização de defeitos de dados para gravação segura de dados e de uma função de “gerenciamento de falha de energia” para recriar vídeos em caso de perda repentina de energia ou ejeção acidental do cartão durante a gravação. – Em caso de perda de dados ou outros incidentes, o usuário pode recuperar as informações de contato do suporte técnico da Sony por meio de um código QR (resposta rápida) embutido nos cartões. <p>Características Principais</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade: 64 GB – Formato do cartão: SxS – Linha: SXS-1 – Série: G1C – Resolução máxima de vídeo: HD – Modelo alfanumérico: Cartão 64gb sxs-1 (sbs-64g1c) – Velocidade de leitura de até: 440 Mb/s – Velocidade de gravação de até 200 Mb/s – Classe de velocidade: 10 – Gerenciamento de mídia aprimorado com Memory Media Utility – Interface: ExpressCard/34, PCI Express Gen2 – Inserção / Durabilidade removível: 130.000 vezes – Absorção de impacto: 150cm (59,06") – Dimensões: Aproximadamente. 34 x 5 x 75 mm – Garantia mínima: 06 meses
11.	<p>Aquisição de monitor de modulação FM, com as seguintes características mínimas abaixo:</p> <p>Características</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fornecer informações sobre o sinal transmitido em termos da portadora de RF e todas as subportadoras – Possuir componente de áudio definindo a qualidade técnica que o ouvinte ouve e decodificação completa de dados RDS e áudio SCA. – Totalmente digital com análise detalhada do sinal DSP com uma tela sensível ao toque acionada por menu. – Possuir acesso total baseado em servidor web para operação remota, incluindo medições, dados gráficos e monitoramento direto de áudio do programa fora do ar pelo navegador web. – Possuir recepção de transmissões analógicas de FM com exibições altamente precisas de modulação total e outras medições, mesmo na presença de portadoras de rádio HD no canal ou em canais adjacentes em qualquer nível. – Possuir configuração intuitiva por menu no painel frontal ou configuração e operação remotas com o servidor web integrado, que pode ser acessado por qualquer rede IP por computador ou dispositivo móvel. – Suportar controle e monitoramento remoto SNMP completo. – Possuir painel frontal gráfico e exibição remota de todos os níveis de medição. – Analisar o espectro FFT de banda passante de FI, banda base MPX e áudio do programa. – Possuir exibição do áudio do programa e XY estéreo no osciloscópio. – Possuir alarmes para falhas de sinal, com contagens e envio de mensagens SMS/texto ou e-mail para indivíduos específicos em diferentes condições de alarme. Todos os alarmes também são registrados cronologicamente. – Possuir saídas de áudio de programas analógicas, AES3-digitais, HTTP/UDP Web-streaming e AoIP-streaming independentes, além de uma saída de banda base FM composta/MPX. – Possuir utilitário BandScanner™ que deve varrer o espectro FM e exibir cada estação com seu nível de sinal, código PI e indicativo de chamada. – Possuir o modo StationRotation™ que deve permitir o monitoramento sequencial automático de múltiplas

predefinições de estações.

- Coletar e registrar um histórico ao longo do tempo dos parâmetros de sinal de áudio e FM.
- Medir precisamente a intensidade sonora do programa, de acordo com a especificação de intensidade sonora de percepção humana ITU-R BS.1770 ('LU').
- Permanecer no canal e reter as configurações de medição durante perdas de sinal e energia.

Especificações

RF e RECEPÇÃO

- Faixa de afinação: Sintoniza 76,0 MHz-108,0 MHz em passos de 100 kHz.
- Entrada de antena: 75 ohms (F), 1VRMS máxima.
- Entrada de RF de alto nível: 50 ohms (BNC), 5VRMS máx.
- Sensibilidade fora do ar (para SNR mono de 50dB):
- 5dBµV ou melhor com ênfase reduzida.
- 15dBµV ou melhor não ponderado.
- Modos de recepção: Áudio de programa estéreo / mono forçado / SCA

Banda Base FM

- Fora do ar ou nível alto;
- (D) indica medições feitas com pouca ênfase.
- Resposta de frequência: $\pm 0,25\text{dB}$, 10Hz-100kHz.
- Relação sinal-ruído (D): $>83\text{dB}$.
- Distorção (D): $<0,01\%$ THD+N; $<0,01\%$ IMD (SMPTE, 60Hz/7kHz, 4:1).
- Desvio FM: Indica desvios positivos e negativos compostos (totais) e independentes. $\pm 75\text{ kHz} = 100\%$ de modulação; medição de 0-200% com precisão de $\pm 1\%$. *Ruído AM (D): Mede até 87 dB abaixo de 100% de modulação AM.
- Piloto FM estéreo: indica injeção piloto de 0-15%; a leitura da frequência piloto tem precisão de $\pm 0,1\text{ Hz}$.
- Subportadoras de FM: indica porcentagem de injeção de subportadoras de 38 kHz (residual), 57 kHz RDS e 67 kHz/92 kHz SCA.

DESEMPENHO DE ÁUDIO FM

- Fora do ar ou alto nível;
- Feito com ênfase reduzida;
- (M) indicar medições feitas no modo de recepção mono.
- Resposta de frequência: $\pm 0,1\text{dB}$, 20Hz-15kHz.
- Relação Sinal-Ruído (M):
- Saída Analógica: $<0,01\%$ THD+N; $<0,02\%$ IMD (SMPTE, 60Hz/7kHz, 4:1).
- Saída Digital: $<0,01\%$ THD+N; $<0,01\%$ IMD (SMPTE, 60Hz/7kHz, 4:1).
- Separação estéreo: $>64\text{dB}$, 20Hz-15kHz
- Diafonia FM estéreo (principal-sub ou subprincipal): $>67\text{dB}$, 20Hz-15kHz.
- De-ênfase FM: 75µs / 50µs / Nenhuma.

ENTRADAS, SAÍDAS E PORTAS

- Saída MPX: Conector BNC, selecionável MPX ou amostra piloto estéreo de 19 kHz, ajustável de 1 VPP a 6 VPP em passos de 0,01 V; $\pm 0,25\text{ dB}$, 10 Hz-100 kHz.
- Saídas de áudio do programa: Pode ser atribuído ao programa FM estéreo ou ao áudio SCA. Salvo indicação em contrário, os parâmetros de desempenho refletem o desempenho FM Estéreo.
- Analógico balanceado: Conector XLR, com saídas esquerda e direita ajustáveis de -15dBu a $+15\text{dBu}$ em passos de 0,1dB e com fonte resistiva de 200Ω.
- AES Digital: Conector XLR, ajustável de -30dBFS a 0dBFS em passos de 0,1dB, com taxa de amostragem de 44,1kHz ou 48kHz selecionada pelo usuário, e com transformador de 110Ω acoplado.
- Porta AoIP compatível com Dante/AES67: Conector RJ45, com saída a 44,1 kHz (somente Dante) ou 44,1 kHz/48 kHz (Dante/AES67), com o utilitário AoIP tem configurações independentes de IP, formato de áudio e fluxo de transmissão, e com nível ajustável de -30 dBFS a 0 dBFS em passos de 0,1 dB.
- Fluxo UDP: ADTS ou ADTS no transporte MPEG-TS.
- Transmissão de escuta "casual" HTTP/Icecast: a transmissão de escuta remota via navegador deve utilizar codificação HE-AACv2, taxa de amostragem de 44,1 kHz ou 48 kHz e taxas de bits de 18 kbps a 64 kbps, acomodar até 10 ouvintes simultâneos. Com transmissões HTTP/Icecast e UDP brutas disponíveis simultaneamente.
- Entrada para fone de ouvido: Conector TRS ¼" (P10), com nível de audição ajustável por menu.
- Porta LAN: Conector RJ45, com a conexão LAN com a rede local ou Internet fornecendo monitoramento remoto, controle, escuta e implementação completa de SNMP, e com configuração de rede programável pelo usuário e parâmetros de streaming.

VISORES E OPÇÕES DE VISUALIZAÇÃO:

Medição de nível numérico e de barras:

- Modulação de portadora
- Piloto estéreo e subportadoras
- MPX Power
- Demodulado L/R e L+R/LR
- Separação estéreo
- Diafonia estéreo
- Volume BS.1770
- Níveis SCA
- Ruído síncrono e AM.

Exibições gráficas e gráficos históricos:

- Espectro IF
- Espectro MPX
- Espectro de áudio
- Osciloscópio de áudio
- Áudio XY
- Histórico de modulação FM.
- Histórico de nível de áudio
- Histórico de métricas de RF
- Utilitário BandScanner™.

Campos RDS exibidos:

- PS; PI; Chamada; RT; RT+1; RT+2; PTY; PTYN; CT; M/S; DI; TP; TA; AF; ODA; Taxa de erro de bloco; Grupos e estatísticas de uso de grupo.

CRONOMETRAGEM E ALARMES:

Relógio em tempo real:

- Ajuste automático para horário da Internet;
- Configuração automática/manual de horário de verão;
- Bateria de reserva.

Alarmes locais e remotos:

- Overmod da portadora; Potência MPX; Perda de áudio; Sinal baixo; Perda do piloto; Multipath; Perda de RDS; Erro de PI de RDS; RT de RDS
- RDS CT; RDS TMC; Perda piloto; Potência MPX. (A maioria dos alarmes devem ter várias configurações de parâmetros. Todos os alarmes podem enviar notificações por texto ou e-mail. Os alarmes são registrados automaticamente diariamente, semanalmente e mensalmente.)

ENERGIA, AMBIENTAL, DIVERSOS

Requisitos de energia

- 88-264 VCA, monofásico

Ambiental Operacional

- 32°F/0°C-122°F/50°C
- 0%-95% de umidade relativa sem condensação

Conformidades

- CE: EN50081-1 / EN50082-1, 93/68/CEE
- RoHS: 2002/95/CE.

3. DA DURAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A duração da contratação é de **até 30 (trinta) dias**, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, na forma do inciso X do art. 6º c/c inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição de equipamentos, filmadoras, baterias, carregadores de baterias, microfones para som ambiente, microfones de lapela sem fio e plug-on, microfones de entrevistas, smart TV 55", controlador de vídeo wall, fitas magnéticas, cartões de memória e de monitor de modulação, é para instalação e utilização nos estúdios, salas da Programação e Recepção, na captura de arquivos na unidade de robótica dos servidores do Sistema Network Solution e da instalação da emissora de rádio da FUNTELC / TV CEARÁ e RÁDIO CEARÁ FM.

4.2. Os equipamentos são utilizados diariamente nas diversas atividades e unidades na sede da FUNTELC / TV Ceará e pelas equipes nas externas, como também necessários na instalação da emissora de rádio FM.

4.3. Os equipamentos atualmente instalados e em operação nas dependências da FUNTELC, possuem mais de 05 (cinco) anos de uso, portanto, fora do prazo de garantia.

4.4. Em razão do tempo e da frequência de uso dos equipamentos atualmente instalados, os mesmos se encontram desgastados e defasados tecnicamente, necessitando de manutenções corretivas recorrentes, e/ou sem condições de reparo por falta de componente de reposição, devido descontinuidade no mercado, em razão da velocidade da tecnologia.

4.5. Considerando que hoje a infraestrutura da FUNTELC / TV Ceará não dispõe dos equipamentos necessários que viabilizem a substituição dos equipamentos e material objetos do presente Termo de Referência.

4.6. Por esta razão, existe a necessidade da aquisição dos equipamentos e dos materiais constantes neste Termo, com as características solicitadas, que são mínimas para as demandas técnicas desta FUNTELC, em razão da compatibilidade com os equipamentos ora instalados, e que, assim, não haja nenhum prejuízo nas operações da TV CEARÁ e da CEARÁ RÁDIO FM.

4.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A aquisição dos equipamentos para diversas áreas técnicas, como estúdios e equipes de externas, e na sala do transmissor da estação de rádio FM na sede da FUNTELC / TV CEARÁ e RÁDIO CEARÁ FM, é necessária por tratar-se de equipamentos essenciais em uma emissora de televisão, na era da transmissão de áudio e vídeo em HD, e emissora de rádio FM.

5.2. A aquisição de 03 (três) filmadoras é para uso das equipes de externas, nas gravações de programas e de matérias jornalísticas, tendo em vista o aumento de programas produzidos pela TV Ceará, em sua grade de programação, com as características técnicas compatíveis com os equipamentos atualmente instalados na TV CEARÁ.

5.3. A aquisição das 06 (seis) baterias é para uso nas filmadoras, onde é necessária uma quantidade maior que a das filmadoras, em razão da necessidade de substituição de uma que a venha a descarregar durante uma gravação. Ou seja, para uma gravação de externa é necessária, no mínimo, 02 (duas) baterias. Além do tempo que leva para carregar completamente, podendo ocorrer da bateria não ter carregado totalmente, depois do uso em uma externa, e chegar o horário de nova saída para gravação externa.

5.4. A aquisição dos 02 (dois) carregadores de baterias, é para atender, como o nome se define, as baterias, objeto do subitem 5.3.

5.5. A aquisição dos 03 (três) microfones de captação de som ambiente é para utilização das equipes de externas nas oportunidades de coletivas de imprensa ou de espetáculos artísticos.

5.6. A aquisição dos 15 (quinze) microfones de lapela sem fio e plug-on é para utilização dos repórteres e/ou apresentadores durante a gravação da “passagem” da matéria ou programa.

5.7. A aquisição dos 10 (dez) microfones de entrevista, de mão, com cabo é para atender a demanda das gravações e/ou “ao vivo” dos programas e telejornais da grade da TV CEARÁ.

5.8. A aquisição das 15 (quinze) smart TV de 55” é para a instalação do *vídeo wall* no estúdio Augusto Borges, que será utilizado como “cenário” para os diversos programas da TV Ceará, como também para substituição de alguns aparelhos existentes atualmente, seja devido defeito ou por ainda ser de sistema analógico.

5.9. A aquisição do controlador de *vídeo wall*, é para instalação no estúdio Augusto Borges, para utilização como cenários dos programas e dos telejornais.

5.10. A aquisição das 40 (quarenta) fitas magnéticas tipo AIT-5 é para a captura de arquivos na robótica dos servidores do Sistema Network Solution, como backup, e para que haja espaço nos discos, para armazenamento das novas gravações.

5.11. A aquisição dos 04 (quatro) cartões de memória é para utilização nas gravações e edições dos programas e matérias jornalísticas realizadas em externas, devido ao aumento dos programas e consequente aumento das equipes de gravações.

5.12. A aquisição do monitor de modulação FM é de fundamental necessidade em uma estação de rádio FM, para atender as normas de funcionamento da emissora de rádio FM.

5.13. A aquisição dos equipamentos e materiais se baseia tanto em termos técnicos como econômicos, como também, já evidenciado, para atender as necessidades técnicas da TV Ceará através de sua Diretoria Técnica, fazendo com que esta seja uma escolha vantajosa para instituição.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O prazo de execução do objeto contratual **não poderá ser superior a 30 (trinta) dias**, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

7.2. Condições de Entrega

7.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue na sede da **TV CEARÁ / FUNTELC**, situada na Rua Osvaldo Cruz, nº 1985, Bairro: Aldeota, Fortaleza – Ceará, CEP 60.125-048, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, no horário e dia estabelecido no respectivo documento.

7.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.2.2.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

7.3. Da Garantia do objeto

7.3.1. O prazo de garantia das filmadoras, dos microfones para som ambiente, dos microfones de lapela sem fio e plug-on, dos microfones de entrevistas, de mão, com cabo, das smart TVs 55", do controlador de vídeo wall e do monitor de modulação FM, bens objeto da contratação, é de no mínimo, **12 (doze) meses**.

7.3.2. O prazo de garantia dos carregadores de baterias, das baterias, das fitas magnéticas e dos cartões de memória, bens objeto da contratação, é aquele estabelecido pelo fabricante nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.3.3. Os bens que apresentarem vício ou defeito deverão ser substituídos pelo contratado no prazo de **até 30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da data da notificação do contratante, sem custos para o contratante.

7.3.3.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

7.3.3.2. Na impossibilidade da substituição, o contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante o período da substituição.

8. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O instrumento equivalente de contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com o edital e seus anexos e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. A execução da contratação será acompanhada pelo Gestor Francisco Sérgio Prado Carvalho, CPF 210.243.243-20, representante especialmente designado para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

8.4.1. A execução da contratação será fiscalizada pelo Fiscal Gilberto de Castro Moura, representante especialmente designado para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

8.5. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.5.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

8.5.2. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual na data aprazada, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

8.5.3. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do instrumento equivalente de contrato sob sua responsabilidade.

8.6. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7. O gestor acompanhará o registro realizado pelo fiscal, de ocorrências relacionadas à contratação e às medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.8. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do objeto

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, junto a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **subitem 13.5** deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento equivalente de contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo do pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de Pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem contratado e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do instrumento equivalente de contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução da contratação.

10.8.1. A Administração terá o prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e deste anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto;

11.10. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

11.10.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

11.10.2. O material deve, preferencialmente, apresentar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e que sejam acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11.10.3. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

11.10.4. Os itens devem ser, de preferência, com materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, maior vida útil e menos custo de manutenção, e ainda o uso de inovações que reduzem a pressão sobre os recursos naturais utilizados nos bens.

11.11. Comunicar ao fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Manter durante a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

11.14.1. Comprovar, na forma do **subitem 12.6.4.1 do Edital**, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento contratual.

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.18. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto.

11.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

12. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD).

12.1. O contratado declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o contratante em situação de violação de tais regras.

12.1.1. O contratado somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no instrumento equivalente de contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução do fornecimento especificado no certame.

12.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

12.3. O contratado deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o contratante informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

12.4. O contratado deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

12.5. O contratado não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo contratado a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

12.5.2. As partes se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

12.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6.1. O contratado não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

12.6.2. O contratado deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

12.6.3. O contratado fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

12.7. As partes devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

12.7.1. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste subitem.

12.7.2. O contratado se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente instrumento, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do contratante, mediante solicitação.

12.7.3. O contratado deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução contratual.

12.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste instrumento, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a parte que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterà, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela parte responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

12.8.1. Na hipótese descrita acima, as partes atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

12.9. Os dados obtidos em razão deste instrumento serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

12.10. A critério do contratante, o contratado poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste instrumento, no tocante a dados pessoais.

12.11. O contratado indenizará o contratante, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente instrumento, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do contratante a esse título.

12.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto da contratação, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

12.12.1. O contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento deste subitem, devendo o contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.13. Os contratos, convênios ou instrumento equivalente de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

12.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

13.2. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

13.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Qualificação técnica

13.3. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

13.4. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, em características e quantidade com o objeto da licitação por meio da apresentação de certidão(os) ou atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

13.4.1. Para fins da comprovação de quantidade de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar o fornecimento mínimo de **50% (cinquenta por cento) do objeto licitado**.

Habilitações fiscal, social e trabalhista

13.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

13.5.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.5.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.5.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

13.5.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

13.8. Os documentos enumerados no **subitem 13.5**, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos **subitens 13.5.3, 13.5.4 e 13.5.5** deverá ser feita na forma da legislação específica.

13.9. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

13.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

13.11. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

13.12. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

13.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

13.14. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

13.14.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

13.15. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

14.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

14.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

14.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

14.1.6. Praticar ato fraudulento na execução da contratação;

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos alíneas 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 do subitem acima deste instrumento, bem como nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.2.4. Multa:

14.2.4.1. Moratória de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**.

14.2.4.2. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.2.4.3. Compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

14.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

14.4. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

14.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.9. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

14.11. Os débitos do contratado para com o contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo instrumento ou de outros contratos administrativos ou instrumento equivalente que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes o contratado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

15.2.1. Gestão/Unidade: 300101 – FUNTELC;

15.2.2. Fonte de Recursos: 500 (TESOURO); 501 (REC. DIRETAMENTE ARRECADADOS);

15.2.3. Programa de Trabalho: 24.722.134.11553;

15.2.4. Elementos de Despesa: 339030; 449052.

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20250001 – FUNTELC/DITEC

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.
- O objeto contratual terá garantia de _____ (_____) _____.

3. Formação do Preço

ITEM _____						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$						
Valor por extenso (_____)						

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)